

Reservas cambiais na dependência de megassuperávits

O próprio presidente da República já ressaltou que, não obstante os acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e os bancos credores, o problema da dívida externa brasileira está longe de ser resolvido enquanto continuar a maciça transferência de recursos para o exterior que atualmente se processa. Não poderíamos ignorar igualmente os problemas monetários que têm sido criados pelo megassuperávit da balança comercial neste ano, que atingiu, no período janeiro-agosto, US\$ 12,591 bilhões (US\$ 17,374 bilhões nos últimos doze meses).

Não poderíamos deixar de considerar, contudo, que a estupefante evolução do saldo comercial de 1988 tem igualmente aspectos positivos. O primeiro é que, como temos assinalado, o crescimento contínuo das exportações, que neste ano poderão chegar bem perto da marca de US\$ 32 bilhões, tem ajudado a sustentar o crescimento interno, em uma fase de contração do mercado interno, mantendo um ritmo de atividade suficiente para a garantia de milhares de empregos.

É sempre importante repisar

que, ao contrário do que ocorreu no início desta década, a elevação do saldo comercial tem sido proporcionada, basicamente, pelo aumento das exportações. Com efeito, as exportações, nos primeiros oito meses deste ano, chegaram a US\$ 21,950 bilhões, o que representa um crescimento de 34,39% em relação ao mesmo período do ano passado.

Não negamos que o decréscimo das importações também tem dado uma contribuição nada desprezível. No período de janeiro a agosto, elas não passaram de US\$ 9,359 bilhões (6,11% menos do que nos mesmos meses de 1987), não obstante a política de rebaixa de tarifas aduaneiras e outros incentivos que o governo tem concedido às empresas que desejarem importar. Pelo menos até agora, as empresas não se dispuseram ou não se programaram para fazer investimentos em volume tal que se refletisse apreciavelmente sobre o total importado, com vistas, principalmente, à modernização do parque industrial brasileiro.

Todavia, mesmo que isso já tivesse ocorrido em certa medida, há fatores que trabalham, neste

momento, em favor da diminuição das importações ou de mantê-las estacionárias, como a recente queda das cotações do petróleo no mercado internacional. O barril de petróleo tem variado ultimamente na faixa de US\$ 12 a US\$ 14, o que pode significar uma poupança substancial para o Brasil, sabendo-se que o preço médio do barril importado pela Petrobrás foi de US\$ 17,01 no ano passado.

A constatação é de que as condições internacionais, inclusive um expressivo nível de crescimento do comércio mundial, vêm atuando em reforço da posição cambial do País. Em outras palavras, não fosse o megassuperávit, o Brasil poderia estar diante de uma situação crítica com relação às reservas internacionais. Como este jornal noticiou terça-feira, as reservas, pelo conceito de caixa, baixaram para US\$ 4,251 bilhões em fins de junho, o mais baixo valor do ano. Isso foi resultado da concentração de pagamentos de juros no fim do segundo trimestre e do aumento das remessas de lucros e dividendos, em função inclusive de operações de conversão da dívida em investimentos.

Seria engano supor, porém, que a situação cambial do País está fora de controle. A expectativa do governo é fechar o mês de setembro com US\$ 5,512 bilhões em caixa. Ainda que o saldo comercial registre uma certa diminuição nos últimos quatro meses, os técnicos acreditam que ele possa alcançar tranquilamente US\$ 19 bilhões em dezembro deste ano.

Dessa forma, mesmo trabalhando com a hipótese de que seja ainda mais retardada a liberação de recursos por parte do Banco Mundial e não ingresse a primeira "tranche" do crédito "stand-by" concedido pelo FMI ao Brasil, há possibilidade de que as reservas se situem por volta de US\$ 6 bilhões em 1988.

Não se trata, como se vê, de uma posição extremamente confortável, mas também não configura a perspectiva de uma crise cambial. Em essência, apesar de todos os sacrifícios, o País continua precisando de megassuperávits para manter a sua solvência externa. Isso dá mais folga para que a política econômica possa estruturar-se para enfrentar os desafios do próximo ano.